

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.243 - PR (2019/0218100-1)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **CLAUDETE MARLI PROCOPIO MATHIAS**
AGRAVANTE : **CLAUDIA BOSS COPATTI**
AGRAVANTE : **CLAUDIA MARA GUERRO**
AGRAVANTE : **CLAUDNEI TOMASOM**
AGRAVANTE : **CLAUDIO ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **CLEBERSON VALDIR KETTERMANN**
AGRAVANTE : **CLEUZA TATTO**
AGRAVANTE : **CLEZIO BOMBANA**
AGRAVANTE : **CRISTIANE VAZ LIMA**
AGRAVANTE : **DAIANY ULIANA MARAFON**
AGRAVANTE : **DANIEL BELUSSO**
AGRAVANTE : **D C N (MENOR)**
REPR. POR : **M C B**
AGRAVANTE : **DARCISIO URNAU**
AGRAVANTE : **D G L (MENOR)**
REPR. POR : **J A L**
AGRAVANTE : **D L S (MENOR)**
REPR. POR : **J Z P S**
AGRAVANTE : **D T (MENOR)**
REPR. POR : **F T**
AGRAVANTE : **DEJANIRA DE OLIVEIRA SOARES**
AGRAVANTE : **DENILSON BODANESE**
AGRAVANTE : **DEOCLIDES RISELO**
AGRAVANTE : **DEYSE PEGORINI RODRIGUES**
AGRAVANTE : **DIEGO DIAS**
AGRAVANTE : **DILVANE DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **DJULY ANNE BACCIN**
AGRAVANTE : **DOMECILIA MIECHOANSKI TOMASOM**
AGRAVANTE : **DORALINA PROVENCY**
AGRAVANTE : **DUANE CARLI DE BASTIANI FARINELLA**
AGRAVANTE : **DULCE MARIA PUTTOV DE CAMARGO**
AGRAVANTE : **DURILDE DUARTE SILVERIO**
AGRAVANTE : **D G F F (MENOR)**
REPR. POR : **E F**
AGRAVANTE : **EDECI FATIMA PEREIRA DA COSTA**
ADVOGADO : **WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135**
AGRAVADO : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**
ADVOGADO : **FILIPE EMANUEL NEVES DA SILVA E OUTRO(S) - PR046195**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CLAUDETE MARLI PROCOPIO MATHIAS e OUTROS contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - SANEPAR - DECISÃO QUE INDEFERIU A JUSTIÇA GRATUITA PARA A MAIORIA DOS AUTORES - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS QUE COMPROVASSEM A HIPOSSUFICIÊNCIA DE TAIS AUTORES - AGRAVANTE QUE NÃO TROUXE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS PROCESSUAIS SEM PREJUÍZO DO SUSTENTO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º, incisos XXXV e LXXIV, da Constituição Federal; 1.022, 98 e 99, §§ 2º e 3º, do CPC de 2015; 1º da Lei n. 7.115/1983, defendendo fazer jus ao benefício da justiça gratuita.

Alegam que o "acórdão recorrido deixou de se pronunciar quanto as declarações de hipossuficiência dos recorrentes e a declaração de idoneidade apresentada pelo patrono".

É o relatório. DECIDO.

2. Não há falar em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o Egrégio Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. Por outro lado, na via especial não cabe a análise de afronta a dispositivo constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento. Nesse sentido os seguintes precedentes: EDcl no REsp 680.385/RS, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 20.03.2006, REsp 1043700/TO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe 05.09.2008; AgRg no REsp 977.900/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, , DJe 08.09.2008.

4. No mais, observa-se que o Superior Tribunal de Justiça entende que é relativa a presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação (AgRg no AREsp 815.190/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/05/2016).

Com efeito, o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO),

QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).

No caso dos autos, o Tribunal de origem, ao manter a decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita para a pessoa física, assim consignou:

A agravante insurge-se contra decisão que indeferiu a justiça gratuita a maioria dos autores, concedendo o benefício somente aos menores incapazes do processo.

O agravante alega a necessidade do benefício por tratar-se de pessoas simples, hipossuficiente economicamente, e por não possuírem condição de arcar com as custas de demanda.

Pois bem.

Em que pese os argumentos trazidos pela agravante, correta está a r. decisão do juízo a quo, pois, analisando os autos, observa-se que a parte agravante não apresentou nenhum documento capaz de comprovar a miserabilidade dos autores.

Percebe-se que a decisão de fls. 527/528 determinou que os autores Claudete Marli, Claudia Boss, Claudia Mara, Claudinei Tomason, Claudio Antonio, Cleberson Valdir, Cleuza Tatto, Clezio Bombana, Cristiane Vaz, Daniel Belusso, Darcisio Urnau, Dejanira de Oliveira, Denilson Bodanese, Deoclides Rizelo, Deyse Pegorini, Diego Dias, Dilvane dos Santos, Djuly Bacçin, Domécilia Tomason, Doralina Provenci, Duane Carli, Dulce Maria, Durilde Duarte e Edeci Fatima, juntassem aos autos documentos para aferir a necessidade do pedido.

Em fls. 529/532 a parte agravante se manifestou, reiterando o pedido sem juntar os documentos determinados pelo juízo de primeiro grau.

Em nova decisão (fls. 533/534), a MM. Juíza, mais uma vez, determinou que fosse juntado aos autos referidos documentos, com o intuito de analisar a hipossuficiência econômica alegada.

Entretanto, repetidamente, a parte agravante limitou-se as alegações de que não poderiam arcar com as custas demanda sem que houvesse o prejuízo do sustento de suas famílias.

Os poucos documentos acostados na inicial pelos autores/agravantes não são suficientes para considerar comprovada a sua incapacidade de arcar com as custas processuais, requisito essencial para a concessão da justiça gratuita, eis que, não obstante a previsão legal disponha apenas quanto à necessidade de que a pessoa pleiteie esta assistência judiciária, por meio de declaração, tem-se sedimentado na jurisprudência do STJ que é necessária a comprovação da condição econômica, com a finalidade de que o benefício atinja efetivamente aqueles carentes.

Não atenderam, por duas vezes, a determinação de apresentarem documentos. Sequer declararam a profissão que exercem.

Uma vez que a parte agravante, neste recurso, não juntou nenhum novo documento apto a comprovar sua situação econômica, limitando-se a acostar aos autos originários apenas declarações de hipossuficiência, não há elementos suficientes para conceder o benefício pleiteado.

[...].

Logo, não trouxe a parte agravante quaisquer elementos capazes de alterar a decisão anteriormente proferida e comprovar a alegada precariedade de sua situação econômica financeira.

Desta forma, não foram comprovados nos autos elementos suficientes ao

impedimento de arcar com o custeio das despesas processuais neste momento, razão pela qual há de ser mantido o indeferimento da justiça gratuita.

4.1. Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

4.2. Ademais, a convicção formada pela Corte local, ao manter a decisão que indeferiu o benefício da gratuidade de justiça à pessoa física, decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o recorrente possui condições de arcar com as custas do processo, não fazendo jus ao benefício da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte. 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.401/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO EM RAZÃO DO ÓBICE DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DOS EMBARGANTES.

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o

Superior Tribunal de Justiça

magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.

Encontra óbice na Súmula 7/STJ a pretensão de revisão das conclusões do acórdão na hipótese em que, apreciando o conjunto probatório, para fins de concessão da gratuidade de justiça para a pessoa jurídica e seu sócio, as instâncias ordinárias não se convencem da hipossuficiência das partes, cuja declaração goza de presunção relativa de veracidade nos termos da jurisprudência desta Corte Superior.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 854.626/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 30/08/2016)

5. Por fim, impõe-se anotar que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

6. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator